

**INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

**OS DESAFIOS DO AUTISTA FRENTE À EDUCAÇÃO E AS NOVAS  
DESCOBERTAS DE MUNDO**

**IPAMERI/GO  
NOVEMBRO/2020  
LAUCIDEIA RODRIGUES ALVES**

INSTITUTO FEDERAL GOIANO - IFGOIANO  
CAMPUS AVANÇADO IPAMERI  
CURSO DE SEGUNDA LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LAUCIDEIA RODRIGUES ALVES

**OS DESAFIOS DO AUTISTA FRENTE À EDUCAÇÃO E AS NOVAS  
DESCOBERTAS DE MUNDO**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado ao Instituto Federal Goiano,  
Campus Avançado Ipameri, como requisito  
parcial para a obtenção do título de  
pedagogo, orientado pela Prof.<sup>a</sup> Mestra  
Hilma Aparecida Brandão.

IPAMERI/GO  
NOVEMBRO/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 27/2020 - CMPAIPA/IFGOIANO

### **ATA DE DEFESA DE TRABALHO DE CURSO**

Ao(s) vinte e três dia(s) do mês de novembro de dois mil e vinte, às 19 (dezenove) horas, reuniu-se a banca examinadora composta pelos docentes: Hilma Aparecida Brandão (orientador), Rhennan Lázaro de Paulo Lima (membro interno), Viviane Aparecida da Silva Paiva (membro externo), para examinar o Trabalho de Curso intitulado "Os desafios do autista frente a educação e as novas descobertas de mundo" do(a) estudante Laudiceia Rodrigues Alves, Matrícula nº 2018212222330201 do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia do IF Goiano - Campus Avançado Ipameri. A palavra foi concedida ao(a) estudante para a apresentação oral do TC, houve arguição do(a) candidato pelos membros da banca examinadora. Após tal etapa, a banca examinadora decidiu pela Aprovação do(a) estudante, com a média final 8,5. Ao final da sessão pública de defesa foi lavrada a presente ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora.

*(Assinado Eletronicamente)*

Hilma Aparecida Brandão

Orientador(a)

*(Assinado Eletronicamente)*

Rhennan Lázaro de Paulo Lima

Membro interno

*(Assinado manualmente)*

Viviane Aparecida da Silva Paiva

Membro externo

## Observação:

( ) O(a) estudante não compareceu à defesa do TC.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Laudiceia Rodrigues Alves**, 201821222330201 - Discente, em 25/11/2020 09:46:02.
- **Rhennan Lazaro de Paulo Lima**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/11/2020 21:03:27.
- **Hilma Aparecida Brandao**, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO, em 23/11/2020 20:24:56.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 23/11/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 214043

Código de Autenticação: 6d312f3db7



INSTITUTO FEDERAL GOIANO  
Campus Avançado Ipameri  
Av. Vereador José Benevenuto (GO - 307), Zona Rural, None, IPAMERI / GO, CEP 75780-000  
(64) 3491-8400

## OS DESAFIOS DO AUTISTA FRENTE À EDUCAÇÃO E AS NOVAS DESCOBERTAS DE MUNDO

Laudiceia Rodrigues Alves<sup>1</sup>,  
Orientadora: Hilma Aparecida Brandão<sup>2</sup>  
Data de submissão: XX/XX/XXXX  
Data de aprovação: XX/XX/XXXX

### RESUMO

O texto a seguir tem como tema “Os desafios do autista frente à Educação e as novas descobertas de mundo”. Parte-se aqui das seguintes questões: O que é o autismo? Como a comunicação entre professores e autistas pode ser estabelecida para que as crianças autistas não desenvolvam traumas que prejudiquem seu desenvolvimento? Quais são as dificuldades e possibilidades do professor em relação ao trabalho com crianças autistas? Pensando nessas questões, tem como objetivo entender sobre o conceito de autismo e como estabelecer comunicação com crianças autistas de modo que ela se sinta acolhida e sejam oferecidas na escola melhores condições para o seu desenvolvimento. Para tal, faz-se necessário ainda verificar sobre as principais dificuldades e possibilidades do professor para lidar com as crianças autistas. A pesquisa tem abordagem qualitativa e foi feita com base em uma revisão bibliográfica, sustentada por autores como Gaiato (2018), Santos; Vieira (2017), Oliveira (2016), entre outros. A final, temos como compreensão que os caminhos percorridos foram complexos e longos, mas que o trabalho com crianças autistas requer do professor entendimento e estudo sobre o tema, além de uma adequação da escola para recebe-las.

**Palavras-chave:** Autismo. Dificuldades do professor. Possibilidades.

### ABSTRACT

The following text has as its theme "The challenges of the autistic person facing Education and the new world discoveries". It starts with the following questions: What is autism? How can communication between teachers and autistic people be established so that autistic children do not develop traumas that hinder their development? What are the difficulties and possibilities of the teacher in relation to working with autistic children? Thinking about these issues, aims to understand the concept of autism and how to establish communication with autistic children so that they feel welcomed and better conditions for their development are offered at school. To this end, it is still necessary to check on the main difficulties and possibilities of the teacher to deal with autistic children. The research has a qualitative approach and was based on a bibliographic review, supported by authors such as Gaiato (2018), Santos; Vieira (2017), Oliveira (2016), among others. In the end, we understand that the paths taken were complex and long, but that working with autistic children requires the teacher to understand and study the topic, in addition to adapting the school to receive them.

**Keywords:** Autism. Teacher's difficulties. Possibilities.

---

<sup>1</sup> Aluna regular do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia.

<sup>2</sup> Professora do Curso de Segunda Licenciatura em Pedagogia no Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação, Campus Avançado Ipameri. Licenciada em História pela Universidade Federal de Goiás, Campus Avançado de Catalão; em Pedagogia pelo CLARETIANO – Goiânia; Pós-graduada em História do Brasil, Campus Avançado de Catalão - UFG; Mestre em História – UFU; Doutoranda em Educação – UFU.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
AUTISMO: LEGISLAÇÃO E CONCEITO .....	9
O TRABALHO DO PROFESSOR COM CRIANÇAS AUTISTAS.....	16
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	22
REFERÊNCIAS .....	24

## INTRODUÇÃO

As duas primeiras décadas do Século XXI foram determinantes para a intensificação das discussões sobre políticas educacionais voltadas para a questão da educação especial, resultado de uma perspectiva em torno da inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular. Embora não se trate de debater aqui sobre o aspecto da legislação nesse processo de inclusão, tais questões são importantes porque ao incluir alunos com deficiência no ensino regular, o professor passa a se deparar com deficiências diversas para as quais ele não se sente preparado na maioria das vezes. Entre estas, destacamos as crianças autistas, que tem sido cada vez mais frequente nos ambientes escolares. Entretanto, ao chegarem à escola não se depara com um ambiente propício a sua acolhida, embora esta tenha boa vontade para recebê-la, desconhece sobre os cuidados e o como lidar com essa criança para que ela não esteja ali apenas em busca da socialização.

Diante dessa realidade surgem-me algumas questões, como: O que é o autismo? Como a comunicação entre professores e autistas pode ser estabelecida para que as crianças autistas não desenvolvam traumas que prejudiquem seu desenvolvimento? Quais são as dificuldades e possibilidades do professor em relação ao trabalho com crianças autistas? O problema apresentado aqui não se refere à presença das crianças na escola, mas como lidar com suas particularidades de modo mais consciente, conhecendo suas perspectivas e limitações.

A escolha deste tema surgiu em um momento no qual me sentia um pouco perdida quanto ao que escolher para desenvolver meu TC, de início pensei em trabalhar com o tema Dificuldade de Dislexia, o que me ocorreu após assistir uma aula na Universidade tratando sobre o tema, porém em meio as minhas buscas me deparei com o tema aqui exposto, Autismo, que me parece ser pouco discutido ainda. Ao estudar mais sobre o assunto acabei encontrando vídeos da Mestre Mayra Gaiato, que muito me interessaram, e me fizeram ver o Autismo com outros olhos, despertando meu interesse pelas leituras sobre o tema. Já com relação a pensar o autismo na Educação, se deu através das aulas ministradas a nós durante o Curso de pedagogia ainda antes da Pandemia. Tivemos contato com crianças com diversos distúrbios e também com suas mães, podendo assim ver a dificuldade tanto dos pais, das crianças e dos educadores, mais de perto. Isso particularmente no meu caso, que ainda não tive a oportunidade de atuar em sala de aula como uma profissional da educação. Então, essas aulas sobre Educação Especial me foram esclarecedoras e de grande ajuda.

Pensando nessas questões, o texto seguinte tem como objetivo entender sobre o conceito de autismo e como estabelecer comunicação com crianças autistas de modo que ela

se sinta acolhida e sejam oferecidas na escola melhores condições para o seu desenvolvimento. Para tal, faz-se necessário ainda verificar sobre as principais dificuldades e possibilidades professor para lidar com as crianças autistas.

Parte-se da hipótese que o trabalho do professor só poderá ser eficiente se ele em um primeiro momento entendimento sobre o Autismo, quais são as habilidades possíveis para o desenvolvimento dos alunos e como trabalhar com essas crianças de modo a contribuir com o seu desenvolvimento para o exercício da cidadania.

A metodologia utilizada refere-se a pesquisa bibliográfica, que segundo Fonseca (2002, p. 32):

É feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

Com a revisão bibliográfica pretendemos a partir do que já foi escrito sobre o tema responder às questões apresentadas inicialmente neste texto. Para a escolha dos textos utilizados recorreremos a livros publicados sobre o assunto, teses, monografias e artigos científicos publicados em revistas especializadas. Para a busca em revistas e em bases de dados com credibilidade científica utilizamos as palavras educação e autismo e diante dos textos que foram aparecendo escolhemos aqueles que poderiam ser utilizados como referencial teórico pela proximidade do tema. Assim, teoricamente nosso trabalho se sustenta em autores como Gaiato (2018), Santos; Vieira (2017), Oliveira (2016), entre outros.

A partir da leitura desses autores, passamos a uma análise qualitativa entendendo analisando os dados entendendo, conforme Oliveira (2018, p.3) que “o estudo da experiência humana deve ser feito, entendendo que as pessoas interagem, interpretam e constroem sentidos”. Portanto, a análise também se pauta nessa interação entre os textos analisados na busca por respostas não prontas e acabadas, mas que se refazem na perspectiva de entender melhor sobre determinado assunto. Assim, ainda segundo as ideias de Oliveira (2018, p. 3) nossa preocupação está em “retratar a complexidade de uma situação particular, focalizando o problema em seu aspecto total”. Com isso, não queremos dizer que o assunto será abordado em sua totalidade, mas que para a análise utilizaremos “uma variedade de fontes para coleta de dados que são colhidos em vários momentos da pesquisa e em situações diversas, com



diferentes tipos de sujeito”.

A leitura dos textos possibilitou-nos organizar a análise em dois momentos. No primeiro, abordaremos sobre os aspectos legais que trazem a inclusão de pessoas com deficiência para dentro das escolas de ensino regular, bem como a inserção das crianças autistas, entendendo o que é o autismo. Em seguida, abordaremos sobre os desafios e possibilidades do professor para lidar com as crianças autistas no âmbito escolar.

## AUTISMO: LEGISLAÇÃO E CONCEITO

Falar sobre o autismo nos remete em um primeiro momento a identificar os aspectos legais que permitem as crianças autistas como qualquer outra com deficiência se matricular nas escolas de ensino regular. Sabemos que o Século XXI trouxe grandes avanços tanto no que tange a legislação quanto aos debates sobre a inclusão. Entretanto, se nos atentarmos a legislação no que tange às questões educacionais podemos perceber que na própria Constituição Federal de 1988 já se encontra a garantia desse direito. Em seu art. 205 que a educação é um direito de todos sem qualquer distinção ou preconceito. E, em seu art. 208 que as crianças com necessidade de atendimento educacional especializado devem ter esse direito garantido de preferência na rede regular de ensino.

Entretanto, a interpretação dessa lei direcionando um olhar para a necessidade da inclusão foi resultado de amplos debates que permearam todo o Século XX e resultaram em importantes leis para se pensar o ensino para crianças com deficiência. Poderíamos citar as especificidades de todas as leis e diretrizes que se instituem particularmente a partir dos anos 1990, mas destacaremos alguns no intuito de apresentar os motivos pelos quais as crianças autistas começam a serem reconhecidas neste cenário.

Assim, temos em 1989 a Lei 7.853 que traz garantias de apoio às crianças com deficiência e o direito de que elas possam se matricular em qualquer curso ou nível de ensino. Depois em 1990 a Lei nº 8.069 cria o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990 a Declaração Mundial de Educação para Todos, em 1994 a Declaração de Salamanca e no Brasil a Política Nacional de Educação Especial, em 1996 a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e em 1999 o Decreto nº 3.298 que regulamenta a Lei nº 7.853/89. Todas essas leis têm como proposta pensar e garantir direitos das crianças de uma maneira geral, mas trazem destaques sobre as que possuem algum tipo de deficiência e como ela deve ser pensada no contexto escolar. Neste sentido, o último decreto citado de nº 3.298 é determinante porque “dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência”. Em seu art. 24 traz a obrigatoriedade de inclusão dos alunos com deficiência no sistema escolar regular, desde que capazes de acompanhar os outros alunos e da educação especial como uma modalidade de educação escolar, com a criação das escolas ou instituições especializadas para esse fim<sup>3</sup>.

Assim, o Século XX traz avanços consideráveis, mas que ainda não regulamentava de

---

<sup>3</sup>Informações disponíveis em: <<http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/13020-legislacao-de-educacao-especial>.> Acesso em: 27 out. 2020.

fato a inclusão de pessoas com deficiência no ensino regular. Já o Século XXI intensifica os debates sobre o tema, que resultam em importantes Leis e Documentos para essa parcela da população. Assim, no ano de 2001, temos as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), o Plano Nacional de Educação – PNE, Lei nº 10.172/2001, a promulgação no Brasil da Convenção da Guatemala (1999), pelo Decreto nº 3.956/2001. Em 2002 – Resolução CNE/CP nº1/2002, a criação da Lei nº 10.436/02 e da Portaria nº 2.678/02. Já em 2004 a elaboração da Cartilha, que de Acesso de alunos com Deficiência às Escolas e Classes Comuns da Rede Regular, a criação do Decreto nº 5.296/04. Em 2005 o Decreto nº 5.626/05, em 2006 o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, em 2007 o Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em 2007 o Decreto nº 6.094/07, em 2008 a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva<sup>4</sup>.

A partir daí percebe-se que as leis passam a fortalecer a ideia da inclusão e dos Direitos das pessoas com deficiência, definidos por meio do Decreto nº 6.571 de 2008, que estabelece as diretrizes que determinam que o as escolas públicas ou mesmo as privadas passariam a atender as crianças de atendimento de ensino especializado em salas de ensino regular. Além deste Decreto podemos citar ainda a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência ocorrida em 2009 e a Resolução nº 4 do Conselho Nacional de Educação de 2009. Já em 2011 destacamos o Plano Nacional de Educação (PNE).

Evidentemente, todas essas leis foram importantes por trazerem avanços em relação ao processo de inclusão dos alunos com deficiência e embora não se pretenda aqui caracterizar cada uma delas, o que nos chama atenção é que até aqui não se tem uma Lei que se refira as crianças com autismo, e, portanto, elas estão silenciadas até o momento na legislação brasileira e de certa forma ficam fora da garantia de muitos direitos. Isso vai ocorrer a partir da Lei nº 12.764 de 2012, sobre a qual passaremos a fazer considerações. Essa Lei “Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990<sup>5</sup>”. Inicia sua redação da seguinte forma:

Art. 1º Esta Lei institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e estabelece diretrizes para sua consecução.

§ 1º Para os efeitos desta Lei, é considerada pessoa com transtorno do espectro autista aquela portadora de síndrome clínica caracterizada na forma

---

<sup>4</sup> Todas essas Leis podem ser encontradas entre outros sites eletrônicos no seguinte endereço: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 27 out. 2020.

<sup>5</sup> Informações disponíveis em: <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>> Acesso em: 28 out. 2020.

dos seguintes incisos I ou II:

I - deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;

II - padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos (BRASIL, 12.764/12).

Embora traga uma definição do que seja a Síndrome do autismo isso não fica claro para muitos professores que desconhecem ainda o que de fato significa ser uma criança autista e como lidar com elas para que atendam de modo significativo suas expectativas quanto ao mundo da escola. A importância da Lei está no fato de que a partir dessa conquista intensificam-se os debates sobre o autismo e as crianças conquistam o direito de serem entendidas em suas características peculiares, além dos próprios pais, que passam a usufruir de direitos para que possam se dedicar mais tempo a seus filhos sem que percam sua remuneração, pois a Lei também reconhece a redução de jornada da mãe ou responsáveis por crianças autistas.

Dando continuidade à política de defesa das pessoas com deficiência é também criada no ano de 2015 a Lei nº 13.146/15, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) ou o estatuto das pessoas com deficiência. Esta Lei é fundamental porque nela estão expressos todos os direitos das pessoas com deficiência, mas também de seus familiares, bem como o dever do Estado para que assegure a garantia desses direitos, inclusive garantindo condições de acesso e de permanência dessas crianças nas escolas públicas. Entretanto, como defendem Santos; Vieira (2017, p. 7) é importante:

Reconhecer que qualquer pessoa, com deficiência ou não, precisa ser vista como um ser capaz, com direitos a saúde, educação, e principalmente, a sua integridade, seja ela física ou moral. O autista não precisa que a sociedade sinta “dó”, tão somente que a sociedade olhe com olhos de tristeza. São expressões negativas que impedem a inclusão se efetivar.

E, para que isso não ocorra uma das questões que se coloca é justamente o conhecer sobre o assunto. Entender minimamente o que significa neste caso o autismo para que o olhar seja outro, de acolhimento, abraçando as suas causas de modo que se tenham boas expectativas em relação ao que a criança pode aprender. Ainda como destacam as autoras Santos; Vieira (2017, p.10):

“Abraçar” o autismo é se permitir conhecer o universo singular da pessoa com autismo, diferente do habitual, é muito mais que incluir, é acolher para colher frutos posteriormente. É como estar em uma poesia que encaixa todos os sentimentos, mesmo quando não se pode identificá-los.

E para que esse “abraçar” seja completo precisamos, além de conhecer sobre a legislação, entender sobre o que é o autismo, como as crianças se comportam, como podemos estabelecer comunicação. Para tal, recorreremos às teorias desenvolvidas por profissionais que estudam sobre o tema de modo a contribuir de alguma forma para esse entendimento. Em um primeiro momento fez-se necessário abordar sobre a origem do autismo. Segundo Gómez e Terán (2014, p. 447):

O termo “Autismo” foi nomeado pelo psiquiatra Leo Kanner tendo como base a terminologia originalmente concebida por seu colega suíço Eugene Bleuler em 1911. Bleuler utilizou o termo “autismo” para descrever o afastamento do mundo exterior observado em adultos com esquizofrenia, que tendem a mergulhar em suas próprias fantasias e pensamentos.

Conforme analisado pelos autores Bleuler fazia referência ao autismo para descrever a esquizofrenia. Entretanto, Léo Kanner fez um estudo mais detalhado do comportamento de um sujeito autista. Assim, após observar o comportamento de 11 crianças autistas ele notou que nenhuma delas apresentava esquizofrenia ou retardo mental como era comumente pensado até então, pois todo autista era considerado esquizofrênico ou psicótico. A partir destes estudos desenvolvidos por Kenner foi possível ter a primeira definição de autismo, a palavra usada para descrever este distúrbio tem origem no grego “autos”, que significa “próprio”, ou seja, alguém retraído para si mesmo.

A partir daí os estudos sobre autismo ganham ênfase e cada vez mais há uma preocupação em entender sobre os sintomas e características das crianças diagnosticadas como autistas. Na perspectiva patológica Oliveira (2016, p. 02) escreve que:

É definido como um transtorno do desenvolvimento, marcado pela característica da inabilidade para interagir socialmente, assim como a dificuldade no domínio da linguagem para comunicar-se ou lidar com jogos simbólicos e padrão de comportamento restritivo ou repetitivo. O comprometimento causado pelo autismo é considerado de intensidade variável, partindo de “quadros mais leves”, caracterizados pela síndrome de Asperger, podendo chegar a níveis graves em que o sujeito se mostra “incapaz” de manter qualquer tipo de contato interpessoal, e possui comportamento agressivo e “retardo mental”.

Oliveira (2016, p.2) recorre a Ortega (2009) para falar das divergências de opiniões mesmo entre os estudiosos em relação a ser ou não uma doença e, ainda, se não sendo uma

doença seria então mais correto falar em diferença. Assim, destaca dois movimentos: o primeiro, denominado de “Neurodiversidade”, “afirma que o autismo antes de ser uma categoria patológica é uma forma diferente de funcionamento cerebral que identifica os sujeitos e deve ser respeitada como se respeitam as demais diferenças identitárias, ou seja, negros, homossexuais, gays, canhotos”. Já o segundo, conhecido como “movimento pró-cura”, “defende o caráter patológico do autismo e o conseqüente sofrimento para os que “padecem desse mal”. Assim, essas pessoas cobram maior subsídio para terapias que tenham a direção de uma cura do autismo”.

Ora o autismo na minha concepção deve ser visto como uma doença assim como diz Gaiato (2018), uma vez que não ocorra o desenvolvimento neurológico de um indivíduo e este tenha suas faculdades mentais afetadas, este indivíduo se enquadra no quadro de um sujeito com deficiência, portanto deve ser respeitado e visto como tal, para que possa conquistar seu espaço com devido respeito, afinal o autismo não é algo que possa passar despercebido ou ser ignorado tanto pela educação como pela sociedade.

Importa aqui destacar que esses dois movimentos têm conseqüências na forma como cada grupo defende a ideia de educação especial para as crianças autistas. Conforme Ortega (2008), in: Oliveira (2006, p. 2):

Os modelos tradicionais orientados para o modelo da deficiência tendem curar, reparar, remediar ou adequar as “deficiências” das crianças ao ambiente escolar. Nesses modelos, os autistas são aproximados o máximo possível de uma norma ou são ajudados a enfrentar as deficiências da melhor maneira possível. (...) Um modelo educativo baseado na neurodiversidade, em contrapartida, terá um profundo respeito pela diferença de cada criança, retirando, assim, o autismo do campo da deficiência.

Posto isso, ao analisar tal discussão a partir das leituras, e, acreditando na possibilidade de construir esse modelo educativo que possa respeitar as características das crianças autistas, entendemos o autismo a partir do conceito defendido por Gaiato (2018, p. 21) para a qual:

O TEA ou simplesmente autismo, é um transtorno do neurodesenvolvimento. Isso significa que algumas funções neurológicas não se desenvolvem como deveriam nas respectivas áreas cerebrais das pessoas acometidas por ele. É uma condição complexa, e muitos fatores contribuem para o risco.

Gaiato (2018) ao desenvolver o conceito de autismo explica que por meio de suas pesquisas foi possível constatar que os sintomas são variados e que são muitas as disfunções

neurológicas apresentadas e que estas devem estar presentes antes dos 3 anos. Destaca como sintomas mais comuns: não se interessar por coisas propostas por outras crianças, dificuldade de se relacionar socialmente de forma adequada, aproximação de outras crianças de modo “robotizado” e de se interagir com elas, pouco interesse pelo que outras pessoas dizem ou sentem, dificuldade de integrar comunicação verbal e não verbal e de se adaptar socialmente com outras crianças.

Além disso, Gaiato (2018, p. 23) aponta que a dificuldade em interagir se explica por não conseguir entender as regras colocadas pela sociedade que ditam a maneira como devemos nos portar uns com os outros. Dessa forma “elas podem parecer dar pouca importância para o que o outro está falando ou fazendo ou se envolver demais, de maneira que não entende sinais sociais de que aquela conversa está encerrada ou que já foi suficiente para o outro”.

Gaiato (2018, p.24-25) identifica também que as crianças com TEA podem apresentar interesses restritos e padrões repetitivos de comportamento, que podem ser elencados da seguinte forma: movimentos repetitivos ou estereotipados com objetos ou com a fala; insistência em rotinas, rituais de comportamentos padronizados; hiper ou hiporreação a estímulos do ambiente; movimentos repetitivos com o corpo ou com as mãos; extrema angústia com pequenas mudanças na rotina; forte apego a objetos; sensibilidade a barulhos, cheiros ou texturas ou interesses extremos por luzes, brilhos e movimentos repetitivos; alteração na sensibilidade à dor. Isso não significa que elas tenham todos esses sintomas. Eles são variados de uma criança para outra e quanto mais cedo a criança for diagnosticada mais rápido pode se iniciar um tratamento ideal a cada caso.

Assim, ao detectar alguma característica semelhante que traga prejuízo à criança esta deve ser conduzida a um especialista, pois conforme Gaiato (2018, p.25) “os prejuízos podem envolver déficits que farão com que a criança se exponha menos a situações com oportunidades de aprendizagem. Um pouco menos, a cada dia, pode trazer prejuízo grande com o passar dos meses e da idade”. Sendo assim, a figura do professor, particularmente da Educação Infantil, que atende essas crianças de 0 a 3 anos, é fundamental, pois a criança passa muito tempo sob sua observação e ao perceber alguma das características deve observar e conversar com os responsáveis encaminhando para um diagnóstico especializado.

As leituras nos fazem identificar também que como afirma Gaiato (2018, p.61) crianças autistas possuem:

Maior número de alterações cromossômicas do que a população normal e, com isso, maiores chances de ter outros transtornos associados. Essa predisposição tem suas raízes nas mutações em nosso DNA, o material genético que contém as instruções de todo o funcionamento do organismo humano.

Além das causas de alterações cromossômicas ligadas à genética do pai ou da mãe ou mesmo de ambos, pode acontecer de alguns casos estarem relacionados apenas ao embrião enquanto se desenvolve. O interesse por pesquisas nessa área de pesquisa e sequenciamento dos cromossomos dos autistas tem crescido muito no meio científico e uma grande gama de possibilidades que possam explicar o desenvolvimento deste transtorno. Gaiato (2018, p.62) apontam para possíveis fatores que estejam relacionados ao desenvolvimento do autismo, cita, por exemplo:

Idades materna e paterna avançadas; infecções que a mãe passa durante a gravidez, causando forte reação imunológica do organismo; microbioma da mãe; diabetes gestacional; sangramento materno; gestação de múltiplos; exposição a toxinas; exposição a medicamentos (talidomida, misoprostol e ácido valproico); depressão materna e o conseqüente uso de antidepressivos; ou outros tipos de sofrimento fetal.

Conclui-se, portanto, com base nos estudos citados que a história sobre o autismo é longa e complexa, pois muitas são as hipóteses em torno da doença, e, segundo consta nos estudos realizados por Gaiato ainda não se tem um diagnóstico preciso de suas causas. Entretanto, faz-se necessário destacar que as crianças autistas passam a permear o contexto escolar com mais frequência da mesma forma que ganham espaço na sociedade por meios de grandes esforços, estudos e militância de pais e profissionais em defesa dessas crianças. Logicamente ainda há um longo caminho a percorrer na busca de estratégias que possibilitem o acesso ao mundo individual do portador de autismo, sendo a educação uma das responsáveis por este avanço. E, sendo assim então passaremos em seguida a uma análise sobre as condições, limitações e possibilidades do professor desenvolver um trabalho com crianças autistas de modo não desenvolvam traumas ou prejudiquem seu desenvolvimento.



## O TRABALHO DO PROFESSOR COM CRIANÇAS AUTISTAS

A partir do momento em que a inclusão se faz presente nas escolas os professores se veem diante da necessidade de conviver com diferentes tipos de deficiência em sala de aula. As leituras sobre o tema nos mostram que embora sem um preparo adequado, muitos têm buscado por conta própria conhecer cada caso recebido e exercer sua profissão na perspectiva da inclusão. Entretanto, esse não é um caminho fácil, exige dedicação e compromisso para que as dificuldades sejam vencidas. Conforme aponta Oliveira (2016, p.10) por há parte dos professores algumas insatisfações com relação à forma como a inclusão de alunos com deficiência acontece nas escolas, causadas por motivos diversos, tais como “orientação, formação especializada, estruturação adequada da escola, turmas com menos quantidade de alunos, recursos, contribuição de outros profissionais e melhores materiais pedagógicos”.

Ao exporem sobre essas condições acentuam que as dificuldades são ainda maiores quando se trata de alunos com Transtornos do Espectro Autista (TEA). Conforme Oliveira (2016, p.10) “Os professores, com a prática, aprendem a lidar com o aluno com deficiência, porém, não contam com conhecimento teórico que apoie essa prática. Existe um despreparo para lidar com alunos com TEA, bem como para educá-los e ensiná-los”. Isso pode até ser resultado do silêncio sobre essas crianças na própria legislação, pois até pouco tempo as crianças autistas eram praticamente desconhecidas. Isso não significa dizer que essa deficiência seja recente, pois como já vimos, faz parte de estudos antigos. Entretanto, segundo a autora “tal despreparo, aparentemente, é causado pela formação profissional insuficiente nas áreas especiais e pela falta de informação sobre TEA e suas manifestações”.

Se os professores não se sentem preparados e demonstram certa angústia quanto a essa questão, as escolas também não dispõem segundo Oliveira (2016, p. 11) de “estrutura adequada para apoiar o desenvolvimento escolar, social, cultural e emocional do aluno com TEA. Não têm base para acolher a família, nem tecnologia e infraestrutura apropriadas, nem professores especializados”; como mostram os dados colhidos nas pesquisas documentais realizadas, seria interessante que tivéssemos mais tempo para ir a campo e poder ter contato pessoal com pais, alunos e professores, para saber qual é a realidade atual vivida por eles atualmente, a situações que só podem ser vistas ou sentidas de forma a se entender profundamente quando se tem o contato pessoal, porém o tempo e as circunstâncias atuais não me permitiram tal contato . Isso porque as crianças com deficiência precisariam de um ambiente propício a cada particularidade. Com salas cheias, ambientes fechados e sem adequação em suas estruturas físicas, as escolas estão sendo vistas apenas como um meio de

socialização pelos governantes que não garantem as condições ideais de aprendizagem.

Dessa forma, é importante trazer essas reflexões porque além de garantir direitos relacionados à inclusão das crianças com deficiência, por meio das Leis, é necessário que isso se dê com qualidade. Obviamente, a socialização é fundamental e importante para qualquer criança, mas no que se refere às crianças autistas que possuem essa dificuldade, como escreve Nascimento, Nascimento, Santos (2017, p.137):

Um dos objetivos da escola, especialmente nos primeiros anos da vida escolar, é promover a socialização das crianças, tendo em vista que é o primeiro momento em que as elas começam a se socializarem de maneira direta com outras pessoas que não fazem parte do seu ambiente familiar.

Para elas, esse processo é lento e necessita de atenção, pois não acontece com a mesma naturalidade de outras crianças. A escola tem um papel essencial na socialização das crianças autistas, pois é nesse processo que ela consegue grande desenvolvimento no que diz respeito não só a este aspecto, mas também quanto à aquisição de linguagem, comunicação e do respeito de algumas regras. Isso acontece segundo Gaiato (2018, p.118), por ser a escola um local rico em estímulos pedagógicos e sensoriais. Defende que:

As escolas são importantíssimas para a estimulação das crianças e adolescentes com autismo. Não só pela oportunidade de aprendizado que o ambiente escolar proporciona, mas também pela interação social de uma forma ampla, que pode variar desde um cumprimento inicial ao chegar na escola, a brincadeiras ao longo do dia, até momentos mais refinados de atividades em grupos. Não conseguimos reunir tantas crianças da mesma faixa etária em outro local diariamente como ocorre na escola, portanto, a melhor oportunidade para se trabalhar habilidades sociais é lá.

Com isso, queremos demonstrar que a socialização é sem dúvida determinante para tais crianças, e, para que seja um processo que consiga romper com certas barreiras próprias do autismo, os professores precisam de orientações adequadas de modo que possam explorar essa riqueza de estímulos que a escola oferece. Essa é uma das dificuldades apresentadas pelos professores em praticamente todo material observado, Conforme Nascimento, Nascimento, Santos (2017, p.140): “Envolver o aluno autista nas atividades propostas torna-se um desafio, pois não é tudo que lhe atrai. O docente desdobra-se e recorre a mecanismos que atendam às necessidades da criança e, sobretudo atraia para as atividades”.

Entretanto, ressalta-se que os próprios professores reconhecem que necessitam de ajuda e que sozinhos não conseguem superar tal desafio. Com base nas pesquisas vimos, sobre a questão da falta de orientações adequadas, mas também de uma pessoa que a auxilie e

que tenha formação adequada para tal, embora legalmente toda criança com deficiência tenha esse direito assegurado não é esta a realidade encontrada. Compreendendo a importância da escola e os desafios que permeiam a prática docente no contexto da inclusão e de modo acentuado, na inclusão de crianças autistas, fica evidente que as discussões em torno da formação não só de professores, mas de todos que fazem parte do ambiente escolar é crucial.

Uma das questões destacadas quanto a não formação de docentes é que tem sido comum encontrar algumas atitudes do professor ao receber uma criança autista, que não contribui para sua inclusão, tais como considerar as crianças como incapazes de aprender ou como doentes, ou ainda entender manifestações normais em seu comportamento, pois como explica Santos; Vieira (2017, p.10) “na maioria das vezes, o autismo não é visto como um transtorno do desenvolvimento neurológico, e por vezes ouvimos expressões como, “essa criança é mimada”, “ela é doída”, “os pais não colocam limites, por isso que ela é assim”.

E isso é mais grave ainda quando pensamos na Educação Infantil, na fase de 0 a 3 anos, momento em que esses sinais estarão presentes na vida das crianças, pois muitas passam o dia nas escolas e sob a responsabilidade do professor. Por esse motivo, segundo Nascimento; Nascimento; Santos (2017, p.136):

É provável que o professor perceba que a criança tem necessidades educacionais especiais antes mesmo dos seus pais ou do próprio pediatra, mas também é comum que o professor se sinta inseguro de comentar isso com alguém, até mesmo pelo próprio fato de que ninguém, nem mesmo o médico, tenha sequer pensado nessa hipótese anteriormente.

Nesse sentido, o olhar atento do professor é essencial da mesma forma que o apoio de especialistas que respaldem seu trabalho, pois a forma como uma suspeita de diagnóstico chega aos pais precisa estar fundamentada em conhecimentos específicos e científicos. A escola é considerada propícia, pois como evidenciam Nascimento; Nascimento; Santos (2017, p.138) “no contexto escolar onde as características do transtorno autista são evidenciadas na relação com os demais colegas. Ao ingressar no contexto escolar, os professores podem identificar na criança a falta de cumprimento das regras”.

O caminho para a descoberta de algo que não é tido como comum requer habilidades que se desenvolvem até mesmo pela experiência com o que é considerado normal em cada fase. Neste sentido, o professor na maioria das vezes é o primeiro a perceber vários problemas, inclusive comportamentais. No entanto, como ressalta Vieira; Santos (2017, p.11):

Entender o autismo é ir além do que olhos podem ver, é trilhar um caminho sem placas de direcionamento, e que apesar das dúvidas, cada caminho trilhado, é um conhecimento construído, e os obstáculos que aparecerem no caminhar vão conduzindo a novos saberes. Ressaltamos que pais, profissionais da saúde e da educação devem estar em constante colaboração, buscando em conjunto, novos progressos.

Dessa forma, no caso das crianças autistas professores, família e profissionais da saúde precisam trabalhar em conjunto para que elas não sejam apenas incluídas como número na escola, mas que consigam, também, por meio dela desenvolver habilidades possíveis, a partir de estímulos adequados. Ao detectar certos comportamentos o professor precisa contar com esse apoio e os pais devem ser comunicados. Isso porque conforme Vieira; Santos (2017, p.12):

A compreensão de que o sujeito com TEA, desde sua infância necessita de acompanhamento e de acolhimento é o que torna seu crescimento progressivo. A interação entre família e profissionais faz com que o autismo não seja um empecilho para o desenvolvimento cognitivo e social da criança.

Logo, uma vez que a criança autista seja diagnosticada, na família ou na escola, ainda segundo as autoras Vieira; Santos (2017, p.12), devemos direcionar...

O olhar sensível, também para o âmbito escolar, onde a criança deve ser acolhida de forma inclusiva, atentando sempre as suas potencialidades e não as suas dificuldades. O enfoque teórico e o fazer pedagógico são fundamentais para a compreensão do trabalho para com a criança com Transtorno do Espectro do Autismo, conduzindo, assim a não apenas o reconhecimento do transtorno, mas a um direcionamento para além dos muros da escola. É essa visão que amplia as ações, tornando-as significativas e prazerosas.

Daí a importância de que não apenas o docente esteja preparado, mas todos que de alguma forma contribuem com as atividades da escola, isso porque a criança autista muitas vezes precisa de um olhar que a compreenda também fora do espaço da sala de aula. Muitas vezes o professor não vai conseguir sozinho desenvolver comunicação ou dar atenção suficiente e para tal contará com apoio dos demais agentes educativos, que ao serem chamados precisam compreender como lidar para que sua aproximação da criança não seja traumática.

No que tange ao professor Mello (2007, p. 30) destaca que uma das maneiras de contribuir proporcionando para que a criança autista se sinta estimulada, por meio de gestos simples, tais como:

1. Sente o mais próximo possível do professor;
2. Seja requisitado como ajudante do professor algumas vezes;
3. Use agendas e calendários, listas de tarefas e listas de verificação;
4. Seja ajudado para poder trabalhar e concentrar-se por períodos cada vez mais longos;
5. Seja estimulado a trabalhar em grupo e a aprender a esperar a vez;
6. Aprenda a pedir ajuda;
7. Tenha apoio durante o recreio onde, por exemplo, poderá dedicar-se a seus assuntos de interesse, pois caso contrário poderá vagar, dedicar-se a algum assunto inusitado ou ser alvo de brincadeiras dos colegas;
8. Seja elogiado sempre que for bem sucedido.

Para conseguir um melhor desenvolvimento da criança autista é preciso que se tenha paciência e disposição para ensiná-la. As repetições fazem parte deste processo, muitas vezes longo e complicado. Porém Gaiato (2018, p.21) ressalta que na escola a criança precisa ser estimulada para deixar a zona de conforto e dessa forma acreditar nesta criança para que a mesma possa adquirir confiança e interagir com o mundo externo. Isso depende muito dos pais e do tratamento correto que a mesma recebe nos vários espaços sociais pelos quais transita. Gaiato ao se referir à zona de conforto utiliza-se de três conceitos para explicar sobre e antes de prosseguir faz-se necessário apontá-los para entender do que a autora fala. Ao se referir à zona de conforto, quer dizer de: “quando a criança está brincando do seu próprio jeito, sozinha. Geralmente, assim, as crianças com autismo ficam tranquilas: podem fazer o que querem, sem demandas e sem interferências nas suas ideias”.

Para sair dessa zona de conforto Gaiato (2018, p.21) aponta que o professor ou responsáveis pela criança devem propor a zona de estimulação. Isso porque conforme a autora é “onde conseguimos ensinar coisas novas para a criança, ou seja, ampliar repertório social, verbal ou outros. Observe que, para atingirmos essa zona, precisamos tirar um pouco a criança da zona do conforto, mas com cuidado”. Para tal, sugere que pais juntamente com a escola e o profissional na área psicológica estejam alinhados, ou seja, em comum acordo para que o tratamento funcione como se é esperado. Além disso, ter consciência que a criança autista não vai ser curada com estes estímulos, mesmo porque este não tem cura, porém ela terá uma qualidade de vida melhor, e conseguirá absorver o aprendizado com mais “facilidade” e poderá interagir com o outro também.

Para isso, a criança autista precisa ser estimulada por meio de apoio físico, verbal e gestual, que segundo Silva (2012) devem ser aplicados nos momentos de terapia, mas que podem ser estimulados pelos professores na escola, que precisam se preparar para tal por meio de estudos sobre as formas de se chegar até elas. Conforme nos apontam Lima; Barros (2017, p. 256) a formação continuada é um caminho seguro para o professor “como um dos

sustentáculos para que o professor possa trabalhar a inclusão, tendo clareza do seu verdadeiro papel”. Como destacam em seus estudos é a partir da formação que o professor passa a desempenhar a sua função tendo como foco uma natureza pedagógica e sugerem que:

o professor crie espaços, momentos favoráveis à conscientização dos seus problemas, dificuldades e interesses ao longo da sua formação. Essa análise torna-se parte integrante do processo formativo, sendo o professor concebido não como um mero objeto de formação, mas como um sujeito privilegiado desta (LIMA; BARROS (2017)).

A partir dessas considerações, podemos concluir que os desafios para os docentes se apresentam o tempo todo, pois mesmo diagnosticada como autista e conhecendo sobre o tema, cada criança apresentará características diferenciadas e para entender e propor pedagogicamente recursos para a sua estimulação é necessário, antes de tudo, ter paciência e disponibilidade para aprender sempre. Não basta participar de uma única formação, esse aprimoramento só vai acontecer por meio de leituras e muito estudo sobre o tema. Só assim o professor terá as condições necessárias para promover a aprendizagem dos alunos com deficiência, de modo particular, as crianças autistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As leituras empreendidas aqui nos levam a identificar que muitos avanços já ocorreram em termos de legislação para garantir os direitos das crianças com deficiência e que embora em relação ao autismo, as leis só tenham sido criadas muito recentemente, isso foi essencial para apimentar as discussões sobre o TEA. Em relação aos professores podemos afirmar que dispõem de pouco tempo para tantas tarefas que ele possui. E que para estes, o que está descrito nas Leis é em si quase um sonho, pois a realidade encontrada se distancia do ideal almejado nas leis. As escolas não possuem estrutura, as salas de aula estão lotadas, não dispõem de material didático adequado para atender a demanda. Além disso, o professor se desdobra para atender todas as demandas, mas possui uma sobrecarga de trabalho, que não o permite muitas vezes se atualizar, estudar sobre assuntos que deem a ele sustentação teórica para suas práticas. Esses problemas não permitem que o professor preste a devida atenção em todo seu alunado, de modo a facilitar a identificação de casos de autismo ou outras síndromes.

Além disso, fica evidente que o estudante que tem autismo também pode aprender como os demais, porém de uma forma diferente. Dependendo do grau de autismo detectado na criança ela pode sim conseguir acompanhar de uma forma mais lenta as atividades da turma, em outros casos esse aluno pode precisar de adaptações em seu cotidiano escolar, para que se alcance o rendimento esperado.

Então como fazer para tornar a educação ou aprendizado mais acessível a esta criança? O professor precisará se atualizar nas formas de ensinar, e também precisará de um profissional que lhe dê apoio. O professor precisa programar as atividades das crianças autistas para inseri-las ao meio, incentivando-as para que se sintam importantes, por meio de elogios e do reforço de cada progresso atingido. Deve, ainda, estabelecer regras claras a este aluno e não se contradizer no que foi dito a ele, utilizar métodos visuais que atrai a atenção deste aluno, e fazer revisão com o mesmo sempre que possível. Além disso, utilizar reforçadores que chamem atenção da criança, como carimbos com carinhas, adesivos e outros. Por fim, é crucial conforme apontado por Gaiato (2018), que o professor faça uma rotina deixando claro o que vai acontecer no decorrer da aula, pois isso é muito importante no caso do autista.

É imprescindível entender que a mente do autista funciona de modo diferente, pequenas coisas podem atrair seu interesse enquanto grandes coisas podem lhe causar espanto e fazê-lo agir de forma negativa e agressiva. Neste caso, tem-se o que Gaiato (2018, p. 21) denomina de zona de desregulação, que “é quando perdemos a criança. Ela se desorganiza e não aprende nada enquanto está nessa fase”. Por este motivo Gaiato (2018) aconselha a não

forçar a barra com o portador de autismo, mas buscar uma inserção ao seu mundo cotidiano ou a sua visão de mundo, por meio de brincadeiras que sejam as suas favoritas. Assim, não chegar de forma bruta ou invasiva, valorizar a ideia da própria criança e observar seus atos que devem ser os direcionadores do modo como o adulto deve agir para que ganhe a sua confiança. Enfim, estamos diante de sua situação complexa, que requer muitos estudos e nos instiga a entender mais sobre o assunto. Por este motivo, consideramos esse trabalho o início de inúmeras possibilidades.



## REFERÊNCIAS

BRASIL, Presidência da República. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista e altera o § 3º do art. 98 da Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm)> Acesso em: 06/06/2020.

GÓMEZ, A. M. S., TERÁN, N. E. **Transtornos de aprendizagem e autismo.** Cultural, S.A, 2014.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002.

LIMA, N. R.; BARROS, A. J. de S. S. **Procedimentos de Intervenção nas Práticas Educativas Inclusivas: Desafios do Professor.** In: Revista Includere., v.3 n.1 (2017). Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7450>> Acessado em 30/06/2020.>

NASCIMENTO, M. A. do; NASCIMENTO, A. A. B. do; SANTOS, M. R. D. dos. **Autismo e o Trabalho Docente: Reflexões sobre os Desafios encontrados para a Inclusão de uma Autista na Educação Infantil.** In: Revista Includere., v.3 n.1 (2017). Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/article/view/7403>> Acesso em: 06 jun. 2020.

OLIVEIRA, Cristiano Lessa de. **Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características.** (2018). Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/viewFile/3122/2459>> Acesso em: 27 out. 2020.

OLIVEIRA, Luciana Gonçalves de. **A educação de crianças autistas: dificuldades e possibilidades.** (2016). Disponível em: <[http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2016/relatorios\\_pdf/ctch/EDU/EDU-Luciana\\_Oliveira.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios_pdf/ctch/EDU/EDU-Luciana_Oliveira.pdf)> Acesso em: 28 out. 2020.

SANTOS, R. K.; VIEIRA, A. M. E. C. S. **Transtorno do Espectro do Autismo (TEA): Do reconhecimento à inclusão no âmbito Educacional.** In: Revista Includere. V.3 N.1 (2017). Disponível em: <<https://periodicos.ufersa.edu.br/index.php/includere/issue/view/185>> Acesso em: 06 jun. 2020.

SILVA, Ana Beatriz Barbosa; GAIATO, Mayra Bonifácio; REVELES, Leandro Thadeu. **Mundo singular: entenda o autismo.** Editora Fontana, 2012.

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO**

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

**Identificação da Produção Técnico-Científica**

- |  |   |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese  | <input type="checkbox"/> Artigo Científico              |
| <input type="checkbox"/> Dissertação                                 | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro              |
| <input type="checkbox"/> Monografia – Especialização                 | <input type="checkbox"/> Livro                          |
| <input checked="" type="checkbox"/> TCC - Graduação                  | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ |   |

Nome Completo do Autor: Laudiceia Rodrigues Alves

Matrícula: 201821222233021

Título do Trabalho: OS DESAFIOS DO AUTISTA FRENTE À EDUCAÇÃO E AS NOVAS DESCOBERTAS DE MUNDO

**Restrições de Acesso ao Documento**

 Documento confidencial:  Não  Sim, justifique: \_\_\_\_\_

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 11/12/2020

 O documento está sujeito a registro de patente?  Sim  Não

 O documento pode vir a ser publicado como livro?  Sim  Não

**DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA**

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Ipameri, 11/12/2020.  
Local Data

*Laudiceia Rodrigues Alves*

Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

Ciente e de acordo:

*[Assinatura]*  
Assinatura do(a) orientador(a)